



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 21 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VIII_SEMANA XXXIV

ATOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO CME Nº 02/2026

Dispõe sobre a adesão do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy ao Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação, estabelece a organização curricular da Computação na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre a integração da Educação Digital, Midiática e da Computação ao currículo municipal e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 458, de 23 de novembro de 2011, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Igaracy, e pelo seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, 208, 210 e 211 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente os arts. 9º, 11, 12, 13, 14, 15, 24 e 26, quanto à organização dos sistemas de ensino, à organização curricular e à autonomia dos sistemas educacionais;

CONSIDERANDO o § 11 do art. 26 da Lei Federal nº 9.394/1996, incluído pela Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, dispositivo promulgado em 22 de dezembro de 2023, segundo o qual a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, é componente curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de 10 (dez) anos a contar da publicação da Lei;

Raul Pedro Lopes Brancolini SR - Diretor - CEP: 56775-000
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em especial o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.180, de 1º de julho de 2021, que institui a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos de ensino da Educação Básica;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o FUNDEB, especialmente o art. 14, § 1º, inciso V, e o Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021, que a regulamenta;

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023, que institui a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC);

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica;

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CEB nº 2/2022, aprovado em 17 de fevereiro de 2022, que fundamenta as normas sobre Computação na Educação Básica — Complemento à BNCC; CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que estabelece normas sobre Computação na Educação Básica — Complemento à Base Nacional Comum Curricular;

CONSIDERANDO o Ofício nº 88/2024/CEB/SAO/CNE-MEC, de 6 de maio de 2024, que apresenta manifestação da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação acerca das possibilidades de organização curricular da Computação na Educação Básica;

Raul Pedro Lopes Brancolini SR - Diretor - CEP: 56775-000
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CEB nº 4/2025, aprovado em 20 de fevereiro de 2025, e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular do componente educação digital e midiática;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos — EJA;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.360, de 25 de março de 2026, que acrescenta o art. 25-A à Lei nº 9.394/1996, estabelecendo as condições mínimas de infraestrutura das escolas públicas de Educação Básica, entre as quais laboratórios de informática devidamente equipados, acesso à internet e instalações com adequadas condições de acessibilidade;

CONSIDERANDO a Resolução CIF nº 15, de 12 de junho de 2025, que estabelece a metodologia de aferição das condicionalidades relacionadas à complementação do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) e considera, entre seus requisitos, a existência de referenciais curriculares alinhados à BNCC e aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino, contemplando as normas sobre Computação na Educação Básica;

CONSIDERANDO a Portaria SEE/PB nº 400, de 15 de julho de 2025, que institui a Comissão Estadual para elaboração do Referencial Curricular Paraibano (BNCC Computação);

CONSIDERANDO o documento “Computação — Complemento à Base Nacional Comum Curricular”, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, doravante denominado Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação, que apresenta orientações, competências e habilidades para a implementação da Computação na Educação Básica;

CONSIDERANDO que o Referencial Curricular Paraibano reconhece três possibilidades de implementação da Computação — a abordagem transversal, o componente curricular específico e o modelo híbrido —, com fundamento na Resolução CNE/CEB nº 1/2022 e no Ofício CNE/CEB nº 88/2024;

Raul Pedro Lopes Brancolini SR - Diretor - CEP: 56775-000
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

CONSIDERANDO que o Referencial Curricular Paraibano estabelece os eixos estruturantes Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital como organizadores das aprendizagens de Computação;

CONSIDERANDO que o Referencial Curricular Paraibano contempla a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Escolar Quilombola e a Educação Escolar Indígena, com contextualizações específicas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos estudantes do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy o direito às aprendizagens relacionadas à Computação, à Educação Digital, à Educação Midiática e à Cultura Digital;

CONSIDERANDO o Parecer CME nº 02/2026, aprovado pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação de Igaracy;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica aprovada a adesão do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy — Paraíba ao Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação, adotando-o como documento curricular de referência para a implementação das aprendizagens, competências e habilidades de Computação na Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A adesão de que trata o caput será realizada em consonância com a BNCC, com o Complemento à BNCC — Computação e com as demais normas nacionais aplicáveis.

§ 2º A adoção do Referencial Curricular Paraibano não implica reprodução automática da organização curricular da Rede Estadual de Ensino, cabendo ao Sistema Municipal de Ensino de Igaracy contextualizar sua implementação de acordo com suas características, necessidades e condições educacionais.

§ 3º O documento “Computação — Complemento à Base Nacional Comum Curricular”, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba integra esta Resolução como Anexo I, para fins de referência curricular, incluídos os seus quadros de competências, habilidades, objetos de conhecimento e contextualizações por etapa e modalidade.

§ 4º Eventual alteração, atualização ou substituição do Referencial Curricular Paraibano será objeto de análise pelo Conselho Municipal de Educação, para fins de avaliação da necessidade

Raul Pedro Lopes Brancolini SR - Diretor - CEP: 56775-000
Igaracy - PB

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 21 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VIII_SEMANA XXXIV



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

de atualização desta Resolução.

Art. 2º A implementação da Computação na Rede Municipal de Ensino constitui dimensão integrante da formação dos estudantes e deverá ocorrer de maneira progressiva, sistemática, contextualizada, interdisciplinar e pedagogicamente intencional.

Art. 3º Esta Resolução aplica-se às instituições públicas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy, bem como às modalidades por elas ofertadas.

§ 1º As disposições desta Resolução aplicam-se à Educação de Jovens e Adultos ofertada pela Rede Municipal de Ensino, observadas a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, com as alterações promovidas pela Resolução CNE/CEB nº 6, de 17 de julho de 2025, e as especificidades dos sujeitos, dos tempos formativos e da organização curricular própria da modalidade.

§ 2º Aplicam-se igualmente à Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, à Educação do Campo e, quando houver, à Educação Escolar Quilombola e à Educação Escolar Indígena, observadas as contextualizações previstas no Referencial Curricular Paraibano.

Art. 4º A implementação da BNCC Computação deverá assegurar o desenvolvimento articulado dos seguintes eixos estruturantes:

- I — Pensamento Computacional;
- II — Mundo Digital;
- III — Cultura Digital.

Parágrafo único. Os eixos deverão ser desenvolvidos de forma progressiva, considerando a etapa de ensino, a modalidade, o ano ou período escolar, a faixa etária, o desenvolvimento sociocognitivo e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR MUNICIPAL

Art. 5º O Sistema Municipal de Ensino de Igaracy adotará organização curricular diferenciada por etapa e modalidade de ensino, estabelecendo:

- I — Educação Infantil: abordagem transversal e integrada às experiências pedagógicas e aos campos de experiências;
- II — Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano: abordagem transversal e interdisciplinar;
- III — Anos Finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano: organização curricular híbrida, mediante articulação entre componente curricular específico de Computação e abordagem

Rua Pedro Lopes Brilhante SN - Centro - CEP: 56775-000
Igaracy - PB

[Assinatura]



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

transversal nos demais componentes curriculares;

IV — Educação de Jovens e Adultos: abordagem transversal e interdisciplinar, articulada aos eixos temáticos e aos tempos formativos da modalidade.

Parágrafo único. A organização estabelecida neste artigo constitui a opção curricular do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy para a implementação do Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação.

Art. 6º A opção de que trata o art. 5º apoia-se na autonomia reconhecida aos sistemas de ensino pelo art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 1/2022 e pelo Ofício CNE/CEB nº 88/2024, e não afasta a obrigação de assegurar, integralmente, o desenvolvimento das competências e habilidades da BNCC Computação previstas para cada etapa, modalidade e ano ou período escolar.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 7º Na Educação Infantil, a BNCC Computação será implementada por meio de abordagem transversal, integrada às experiências pedagógicas e aos campos de experiências, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Art. 8º As práticas pedagógicas relacionadas à Computação na Educação Infantil deverão priorizar experiências:

- I — lúdicas;
- II — investigativas;
- III — concretas;
- IV — corporais;
- V — colaborativas;
- VI — de resolução de problemas;
- VII — de reconhecimento de padrões e sequências;
- VIII — de construção e compreensão de regras e instruções;
- IX — desplugadas, quando pedagogicamente pertinentes;
- X — mediadas por tecnologias digitais, quando adequadas à faixa etária e aos objetivos pedagógicos.

Art. 9º A implementação da Computação na Educação Infantil não se caracterizará pela antecipação formal de conteúdos próprios das etapas posteriores, devendo respeitar as especificidades do desenvolvimento infantil.

CAPÍTULO IV DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rua Pedro Lopes Brilhante SN - Centro - CEP: 56775-000
Igaracy - PB

[Assinatura]



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

Art. 10. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, a BNCC Computação será implementada mediante abordagem transversal e interdisciplinar, integrada aos componentes curriculares e às práticas pedagógicas.

Art. 11. A abordagem transversal deverá assegurar progressivamente o desenvolvimento das competências e habilidades da BNCC Computação previstas para cada ano escolar.

§ 1º As aprendizagens de Computação deverão ser relacionadas, quando pertinente, aos objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem dos diferentes componentes curriculares.

§ 2º A integração deverá possuir intencionalidade pedagógica e estar registrada nos instrumentos de planejamento da unidade escolar.

Art. 12. Nos Anos Iniciais, a abordagem transversal poderá utilizar atividades desplugadas, jogos, desafios, projetos, resolução de problemas, produção de representações, exploração de dados, atividades com algoritmos e recursos tecnológicos, conforme os objetivos de aprendizagem e as condições da unidade escolar.

CAPÍTULO V DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 13. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, será adotado o modelo híbrido de implementação da BNCC Computação, combinando:

- I — componente curricular específico de Computação; e
- II — abordagem transversal e interdisciplinar da Computação nos demais componentes curriculares.

Art. 14. O componente curricular específico de Computação terá como finalidade assegurar o desenvolvimento sistemático, progressivo e intencional das competências e habilidades previstas na BNCC Computação.

Art. 15. O componente curricular específico deverá contemplar aprendizagens relacionadas aos três eixos estruturantes:

- I — Pensamento Computacional;
- II — Mundo Digital;
- III — Cultura Digital.

Art. 16. O componente curricular específico poderá contemplar, de maneira progressiva e adequada aos Anos Finais:

- I — resolução e decomposição de problemas;
- II — algoritmos;
- III — programação;

Rua Pedro Lopes Brilhante SN - Centro - CEP: 56775-000
Igaracy - PB

[Assinatura]



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

IV — representação e organização de dados;

V — sistemas computacionais;

VI — redes e comunicação digital;

VII — segurança e privacidade;

VIII — cidadania digital;

IX — impactos sociais das tecnologias;

X — pensamento crítico e ético;

XI — criação e prototipagem de soluções;

XII — projetos interdisciplinares envolvendo Computação.

Art. 17. O componente curricular específico de Computação integra a organização curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental, em articulação com os demais componentes curriculares e com os demais elementos da organização curricular da Rede Municipal de Ensino, sem prejuízo da carga horária destinada aos demais componentes curriculares obrigatórios.

§ 1º O componente curricular específico terá carga horária mínima de 80 (oitenta) horas anuais, em cada um dos anos do 6º ao 9º, distribuída conforme a matriz curricular aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 2º A distribuição semanal da carga horária será definida na matriz curricular, observada a carga horária anual estabelecida no § 1º.

§ 3º A carga horária de que trata o § 1º será computada na carga horária mínima anual prevista no art. 24, inciso I, da LDB, observado o mínimo legal vigente de 800 (oitocentas) horas distribuídas em, no mínimo, 200 (duzentas) dias de efetivo trabalho escolar.

§ 4º A matriz curricular correspondente será elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com esta Resolução, e submetida à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Educação, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 18. A docência do componente curricular específico de Computação observará a legislação nacional, as normas do Sistema Municipal de Ensino e a legislação municipal aplicável, inclusive o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do magistério municipal.

§ 1º O professor designado para a regência do componente deverá participar do programa de formação continuada especifico em BNCC Computação de que trata o Capítulo IX desta Resolução.

§ 2º A definição administrativa de lotação, designação e demais requisitos funcionais para a regência observará a legislação de pessoal e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do magistério municipal, sem prejuízo da formação continuada prevista nesta Resolução.

Rua Pedro Lopes Brilhante SN - Centro - CEP: 56775-000
Igaracy - PB

[Assinatura]

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 21 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VIII_SEMANA XXXIV



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

Art. 19. A implantação do componente curricular específico deverá ser acompanhada de definição, nos documentos curriculares municipais, de:

- I — objetivos de aprendizagem;
- II — competências e habilidades;
- III — carga horária;
- IV — distribuição anual;
- V — organização dos conteúdos e objetos de conhecimento;
- VI — metodologias;
- VII — formas de avaliação;
- VIII — critérios de progressão das aprendizagens.

CAPÍTULO VI DA ARTICULAÇÃO ENTRE O COMPONENTE ESPECÍFICO E A TRANSVERSALIDADE

Art. 20. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o componente curricular específico de Computação e a abordagem transversal constituirão um percurso formativo integrado.

§ 1º O componente específico será responsável pelo desenvolvimento sistemático das aprendizagens próprias da Computação.

§ 2º Os demais componentes curriculares deverão integrar, quando pertinente, habilidades de Computação relacionadas aos seus objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem.

§ 3º A abordagem transversal não substituirá o componente específico, e o componente específico não afastará a responsabilidade dos demais componentes pela integração curricular.

§ 4º A articulação deverá evitar fragmentação, repetição desnecessária ou sobreposição das aprendizagens.

Art. 21. As unidades escolares deverão promover, sempre que pertinente, projetos e práticas interdisciplinares que articulem o componente específico de Computação aos demais componentes curriculares.

CAPÍTULO VII DA TRANSVERSALIDADE

Art. 22. A abordagem transversal da Computação constitui estratégia de integração curricular destinada a assegurar que competências e habilidades computacionais sejam desenvolvidas em articulação com diferentes áreas do conhecimento.

Art. 23. A transversalidade deverá possuir:

- I — intencionalidade pedagógica;

Rui Pedro Lopes Brancalano/SE - C.ºmuni - C.E.P. 56775-400
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

- II — planejamento;
- III — registro curricular;
- IV — definição das habilidades envolvidas, com indicação dos respectivos códigos da BNCC Computação;
- V — definição expressa das responsabilidades de cada componente curricular pelo desenvolvimento das habilidades;
- VI — estratégias metodológicas;
- VII — acompanhamento;
- VIII — indicadores de avaliação capazes de evidenciar concretamente o desenvolvimento das habilidades de Computação;
- IX — avaliação das aprendizagens.

§ 1º As unidades escolares elaborarão planos interdisciplinares formais, registrados no Projeto Político-Pedagógico, nos planejamentos anuais e nos planos de aula, de modo a evitar que as habilidades de Computação permaneçam diluídas ou invisíveis nos currículos das áreas.

§ 2º A transversalidade não deverá ser reduzida à utilização eventual de computadores, celulares, aplicativos, plataformas ou outros recursos tecnológicos.

CAPÍTULO VIII DOS DOCUMENTOS CURRICULARES E PEDAGÓGICOS

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação deverá promover a atualização dos documentos curriculares da Rede Municipal de Ensino para incorporar as disposições desta Resolução e as competências e habilidades da BNCC Computação.

Art. 25. As unidades escolares deverão incorporar progressivamente as disposições desta Resolução aos seus:

- I — Projetos Político-Pedagógicos;
- II — Regimentos Escolares;
- III — planejamentos curriculares;
- IV — planejamentos anuais;
- V — planos de ensino;
- VI — planos de aula;
- VII — instrumentos de avaliação;
- VIII — demais documentos pedagógicos pertinentes.

Art. 26. Os Projetos Político-Pedagógicos deverão explicitar a organização curricular adotada para cada etapa e modalidade, observando:

Rui Pedro Lopes Brancalano/SE - C.ºmuni - C.E.P. 56775-400
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

- I — transversalidade na Educação Infantil;
- II — transversalidade e interdisciplinaridade nos Anos Iniciais;
- III — modelo híbrido nos Anos Finais;
- IV — transversalidade e interdisciplinaridade na Educação de Jovens e Adultos.

CAPÍTULO IX DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar política de formação continuada para os profissionais da educação envolvidos na implementação da BNCC Computação.

Parágrafo único. Será realizada, no mínimo, uma ação formativa anual, a partir de 2026, destinada aos professores, coordenadores pedagógicos e gestores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 28. As ações formativas deverão contemplar, entre outros:

- I — BNCC Computação;
- II — Pensamento Computacional;
- III — Mundo Digital;
- IV — Cultura Digital;
- V — metodologias plugadas e desplugadas;
- VI — integração curricular;
- VII — interdisciplinaridade;
- VIII — cidadania digital;
- IX — segurança, privacidade e proteção de dados pessoais;
- X — educação midiática;
- XI — avaliação das aprendizagens;
- XII — uso pedagógico, crítico e responsável da Inteligência Artificial;
- XIII — tecnologia assistiva e acessibilidade digital.

CAPÍTULO X DA EDUCAÇÃO DIGITAL, DA EDUCAÇÃO MÍDIÁTICA E DA CIDADANIA

Art. 29. A implementação da Computação deverá articular-se às ações de Educação Digital, Educação Midiática e cidadania digital desenvolvidas no Sistema Municipal de Ensino, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 2/2025.

Art. 30. As práticas pedagógicas deverão promover o uso crítico, ético, seguro, responsável, criativo, inclusivo e consciente das tecnologias e mídias digitais.

Art. 31. O uso pedagógico de dispositivos digitais deverá observar a legislação nacional e as

Rui Pedro Lopes Brancalano/SE - C.ºmuni - C.E.P. 56775-400
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

normas educacionais vigentes, especialmente a Lei Federal nº 15.100/2025 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, cabendo às unidades escolares observar as orientações da Secretaria Municipal de Educação e, quando necessário, regulamentar aspectos operacionais no respectivo Regimento Escolar, nos limites da legislação aplicável.

Art. 32. O tratamento de dados pessoais de estudantes em atividades pedagógicas mediadas por tecnologias digitais observará a Lei Federal nº 13.709/2018, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as seguintes diretrizes:

- I — limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização das finalidades pedagógicas ou administrativas legítimas;
- II — vedação ao uso de dados de estudantes para finalidades comerciais ou publicitárias não relacionadas à finalidade educacional ou administrativa legítima, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas pela legislação aplicável;
- III — informação prévia e clara às famílias ou responsáveis legais sobre as plataformas utilizadas;
- IV — observância da legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais, inclusive quanto à imagem e à voz dos estudantes, com adoção da base legal adequada à finalidade pretendida e observância do melhor interesse da criança e do adolescente.

Parágrafo único. A contratação ou adoção de plataformas, aplicativos e recursos educacionais digitais pela Rede Municipal de Ensino observará as diretrizes deste artigo.

Art. 33. O uso pedagógico de ferramentas de Inteligência Artificial deverá observar a legislação educacional e de proteção de dados vigente e, quando adotado, deverá ser:

- I — mediado e supervisionado por profissional da educação;
- II — adequado à faixa etária e aos termos de uso da ferramenta;
- III — acompanhado de discussão crítica sobre funcionamento, limites, vieses e implicações éticas;
- IV — registrado nos instrumentos de planejamento, com explicitação da finalidade pedagógica;
- V — compatível com as diretrizes de proteção de dados previstas no art. 32;
- VI — adequado à finalidade pedagógica e às condições de desenvolvimento dos estudantes.

CAPÍTULO XI DA INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS

Art. 34. A implementação deverá considerar as condições de infraestrutura, conectividade, equipamentos, materiais pedagógicos e recursos tecnológicos disponíveis nas unidades escolares.

Rui Pedro Lopes Brancalano/SE - C.ºmuni - C.E.P. 56775-400
Igaracy - PB

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 21 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VIII_SEMANA XXXIV



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

§ 1º A ausência ou insuficiência de recursos tecnológicos não impedirá o desenvolvimento das aprendizagens de Computação, devendo ser utilizadas, quando pertinentes, estratégias desplugadas, materiais concretos, jogos, atividades investigativas e outras metodologias adequadas.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação deverá promover progressivamente ações destinadas à melhoria das condições tecnológicas e pedagógicas necessárias à implementação da política curricular, observado o art. 25-A da LDB, acrescentado pela Lei Federal nº 13.360/2026, e articulando-se, quando cabível, à Política de Inovação Educação Conectada e à Estratégia Nacional de Escolas Conectadas.

§ 3º Deverá ser assegurada a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e de acessibilidade digital aos estudantes da Educação Especial, conforme suas necessidades educacionais específicas e a legislação vigente.

CAPÍTULO XII DA AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 35. A avaliação das aprendizagens de Computação deverá estar articulada ao processo avaliativo da Rede Municipal de Ensino e considerar os objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa, modalidade e ano ou período escolar.

Art. 36. A avaliação deverá considerar, conforme a natureza da aprendizagem:

- I — resolução de problemas;
- II — elaboração e aplicação de estratégias;
- III — construção e compreensão de algoritmos;
- IV — análise de dados e informações;
- V — compreensão de sistemas e tecnologias;
- VI — criação e produção;
- VII — pensamento crítico;
- VIII — participação e colaboração;
- IX — uso ético e responsável das tecnologias;
- X — aplicação dos conhecimentos em situações significativas.

CAPÍTULO XIII DO ACOMPANHAMENTO E DO MONITORAMENTO

Art. 37. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, acompanhar e monitorar a implementação desta Resolução.

Art. 38. O acompanhamento deverá considerar:

Rui Pedro Lopes Branciforte SN – Contador – CEP: 58775-000
Igaracy – PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

- I — incorporação das habilidades nos documentos curriculares;
 - II — execução dos planejamentos;
 - III — desenvolvimento das aprendizagens;
 - IV — participação nas formações;
 - V — práticas pedagógicas desenvolvidas;
 - VI — articulação interdisciplinar;
 - VII — condições de infraestrutura;
 - VIII — evidências de aprendizagem;
 - IX — necessidades de apoio pedagógico.
- Art. 39. A Secretaria Municipal de Educação encaminhará a este Conselho, até o encerramento de cada exercício, relatório anual de implementação, contendo indicadores, evidências e eventuais proposições de ajuste.
- Art. 40. A Secretaria Municipal de Educação deverá providenciar, quando exigido pelos órgãos federais competentes, o registro e a atualização das informações relativas ao referencial curricular adotado e à implementação da Computação nos sistemas oficiais de informação educacional, observados os procedimentos e prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação.
- Art. 41. O Conselho Municipal de Educação poderá solicitar à Secretaria Municipal de Educação informações, relatórios e evidências referentes à implementação desta Resolução, no exercício de suas competências.

CAPÍTULO XIV DO PLANO MUNICIPAL DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 42. A Secretaria Municipal de Educação deverá elaborar Plano Municipal de Implementação da BNCC Computação e da Educação Digital e Midiática, em consonância com esta Resolução.

Art. 43. O Plano Municipal de Implementação deverá contemplar, no mínimo:

- I — diagnóstico da Rede Municipal;
- II — objetivos;
- III — metas;
- IV — cronograma;
- V — organização curricular;
- VI — formação continuada;
- VII — apoio pedagógico;
- VIII — infraestrutura e recursos;

Rui Pedro Lopes Branciforte SN – Contador – CEP: 58775-000
Igaracy – PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

- IX — acompanhamento;
- X — avaliação;
- XI — indicadores;
- XII — responsabilidades institucionais.

CAPÍTULO XV DA AUTONOMIA E DA CONTEXTUALIZAÇÃO

Art. 44. A adesão ao Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação não implica renúncia à autonomia do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy para contextualizar, complementar e organizar sua proposta curricular.

Art. 45. O Sistema Municipal de Ensino poderá desenvolver objetivos de aprendizagem, projetos, metodologias, materiais e estratégias complementares, desde que compatíveis com:

- I — a legislação educacional nacional;
- II — a BNCC;
- III — o Complemento à BNCC — Computação;
- IV — as normas do Conselho Nacional de Educação;
- V — as normas do Conselho Estadual de Educação da Paraíba aplicáveis;
- VI — esta Resolução.

Art. 46. A contextualização curricular deverá considerar as características sociais, culturais, territoriais, econômicas, pedagógicas e educacionais do Município de Igaracy.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 47. A implementação da organização curricular de que trata esta Resolução inicia-se no ano letivo de 2026 e será concluída, em todas as etapas, modalidades e anos ou períodos escolares, até o encerramento do ano letivo de 2027, conforme cronograma próprio estabelecido pelo Sistema Municipal de Ensino de Igaracy.

Parágrafo único. O cronograma detalhado de implementação será definido pela Secretaria Municipal de Educação no Plano Municipal de Implementação, observado o prazo do caput.

Art. 48. A Secretaria Municipal de Educação deverá estabelecer as medidas necessárias para a implantação do modelo transversal na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e na Educação de Jovens e Adultos e do modelo híbrido nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Art. 49. A implantação do componente curricular específico de Computação nos Anos Finais deverá ser acompanhada da adequação dos documentos curriculares, da definição da carga horária, da matriz curricular e da organização pedagógica correspondente.

Rui Pedro Lopes Branciforte SN – Contador – CEP: 58775-000
Igaracy – PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

Art. 50. Durante o período de implementação, a Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar orientação pedagógica e formação continuada aos profissionais envolvidos.

CAPÍTULO XVII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. Os casos omissos relativos à aplicação desta Resolução serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação no âmbito de suas competências e, quando envolverem matéria normativa ou interpretativa de competência do Sistema Municipal de Ensino, submetidos ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 52. Esta Resolução deverá ser publicada no órgão oficial competente e divulgada às instituições educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy.

Art. 53. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Igaracy – PB, 18 de agosto de 2026.

Francisco André de Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Igaracy

Rivaldo Raula Rodrigues Filho
Secretário(a) do Conselho Municipal de Educação de Igaracy

Rui Pedro Lopes Branciforte SN – Contador – CEP: 58775-000
Igaracy – PB

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 21 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VIII_SEMANA XXXIV



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

ANEXO I

REFERENCIAL CURRICULAR PARAIBANO PARA A BNCC COMPUTAÇÃO

Para fins de referência curricular, o Sistema Municipal de Ensino de Igaracy adota o documento "Computação — Complemento à Base Nacional Comum Curricular", elaborado pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba por meio da Comissão Estadual instituída pela Portaria SEE/PB nº 400, de 15 de julho de 2025, identificado no processo administrativo pelo respectivo PBDoc. O documento integral deverá compor o processo administrativo e ser incorporado materialmente ao Anexo I antes da publicação da versão definitiva desta Resolução.

- o marco legal e os fundamentos da Computação na Educação Básica;
- os eixos estruturantes Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital;
- as abordagens de implementação — transversal, componente curricular específico e modelo híbrido;
- os quadros de competências, habilidades, objetos de conhecimento, comentários pedagógicos, sugestões de atividades e articulação curricular, da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental;
- as contextualizações relativas à Educação de Jovens e Adultos; à Educação Escolar Quilombola e à Educação Escolar Indígena.

As habilidades de Computação a serem asseguradas pela Rede Municipal de Ensino de Igaracy são as constantes dos quadros do Referencial Curricular Paraibano adotado por esta Resolução, dispensada sua reprodução no corpo desta Resolução.

Rui Paulo Lopes Brandão SN - Ex-ante - C.E.P. 06775-000
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

ANEXO II

ORGANIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC COMPUTAÇÃO EM IGARACY

Etapas / Modalidade	Organização curricular	Forma de implementação
Educação Infantil	Transversal	Integração às experiências pedagógicas e aos campos de experiências
1º ano	Transversal	Integração interdisciplinar aos componentes curriculares
2º ano	Transversal	Integração interdisciplinar aos componentes curriculares
3º ano	Transversal	Integração interdisciplinar aos componentes curriculares
4º ano	Transversal	Integração interdisciplinar aos componentes curriculares
5º ano	Transversal	Integração interdisciplinar aos componentes curriculares
6º ano	Híbrida	Componente curricular específico + transversalidade
7º ano	Híbrida	Componente curricular específico + transversalidade
8º ano	Híbrida	Componente curricular específico + transversalidade
9º ano	Híbrida	Componente curricular específico + transversalidade
Educação de Jovens e Adultos	Transversal	Integração interdisciplinar aos eixos temáticos e tempos formativos da modalidade

Nota 1. Em todas as etapas e modalidades deverão ser asseguradas as aprendizagens correspondentes aos três eixos estruturantes da BNCC Computação: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

Nota 2. A organização constante deste Anexo constitui opção do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy, amparada na autonomia reconhecida pelo art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 1/2022 e pelo Ofício CNE/CEB nº 88/2024, e não reproduz necessariamente a organização adotada pela Rede Estadual de Ensino da Paraíba.

Nota 3. A referência às habilidades e aos códigos correspondentes observará os quadros constantes do Anexo I.

Rui Paulo Lopes Brandão SN - Ex-ante - C.E.P. 06775-000
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY - PARAÍBA

PARECER CME Nº 02/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Igaracy - PB

Assunto: Adesão ao Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação e implementação da Educação Digital, Midiática e da Computação no Sistema Municipal de Ensino de Igaracy.

Relator(a): Juliana Agostinho dos Santos

Data: 18 de agosto de 2026.

I - RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Igaracy encaminha a este Conselho Municipal de Educação proposta de adesão ao Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, com a finalidade de adotar o referido documento como referência para a organização e implementação das aprendizagens de Computação na Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino.

O documento estadual constitui referência curricular para a incorporação da Computação à Educação Básica, articulando-se à Base Nacional Comum Curricular - BNCC e ao seu Complemento referente à Computação. O Referencial apresenta competências e habilidades para as diferentes etapas da Educação Básica e organiza as aprendizagens em três eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

O Referencial Curricular Paraibano foi elaborado por Comissão Estadual constituída pela Portaria nº 400, de 15 de julho de 2025, reunindo profissionais das áreas pedagógica, curricular e tecnológica da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba.

No documento estadual, a implementação da BNCC Computação é apresentada como possibilidade de organização curricular que pode ocorrer mediante componente curricular específico, abordagem transversal ou modelo híbrido, desde que sejam efetivamente asseguradas as competências e habilidades previstas na BNCC Computação.

Para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, o Referencial estabelece a abordagem transversal como possibilidade de integração das habilidades da BNCC Computação aos componentes curriculares da Formação Geral Básica e da Parte Diversificada, promovendo o desenvolvimento progressivo das competências digitais.

No âmbito estadual, posteriormente à elaboração do Referencial, o Conselho Estadual de

Rui Paulo Lopes Brandão SN - Ex-ante - C.E.P. 06775-000
Igaracy - PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

Educação da Paraíba aprovou o Parecer CEE/PB nº 152/2026, em 14 de maio de 2026, que fundamenta a Resolução CEE/PB nº 176/2026, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 2 de julho de 2026.

A Resolução CEE/PB nº 176/2026 estabelece diretrizes para a implementação da Educação Digital, Midiática e da Computação na Educação Básica do Sistema de Ensino do Estado da Paraíba, determinando sua inclusão progressiva e obrigatória pela rede estadual, pelas redes municipais e pelas instituições particulares integrantes do referido Sistema de Ensino.

A mesma Resolução determina que as redes e instituições atualizem seus documentos curriculares para incorporar as aprendizagens e competências da BNCC Computação e as Diretrizes de Educação Digital e Midiática, assegurando, entre outros aspectos, a integração curricular, a abordagem dos três eixos estruturantes e a adequação às especificidades de cada etapa da Educação Básica.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A análise da matéria considera, inicialmente, o disposto na Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022, que institui normas sobre Computação na Educação Básica - Complemento à Base Nacional Comum Curricular, estabelecendo competências e habilidades relacionadas à Computação para as diferentes etapas da Educação Básica.

Considera-se, igualmente, a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital - PNED, bem como as demais normas nacionais aplicáveis à educação digital, midiática e computacional.

No âmbito do Estado da Paraíba, o Parecer CEE/PB nº 152/2026, aprovado em 14 de maio de 2026, constitui fundamento da Resolução CEE/PB nº 176/2026, que regulamenta diretrizes para a implementação da Educação Digital, Midiática e da Computação no Sistema de Ensino do Estado da Paraíba.

A Resolução CEE/PB nº 176/2026 estabelece que as redes municipais integrantes do Sistema de Ensino do Estado da Paraíba deverão promover, de forma progressiva e obrigatória, a implementação da Educação Digital, Midiática e da Computação em todas as etapas da Educação Básica.

Nesse contexto, a adesão do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy ao Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação constitui medida de alinhamento curricular e de fortalecimento da política educacional municipal, permitindo ao Município utilizar um documento curricular estadual já estruturado como referência para a implementação das

Rui Paulo Lopes Brandão SN - Ex-ante - C.E.P. 06775-000
Igaracy - PB

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 21 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VIII_SEMANA XXXIV



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

aprendizagens de Computação.

A adesão também favorece a continuidade e a progressão das aprendizagens, considerando que o Referencial organiza as competências e habilidades por etapas e anos escolares e estrutura a Computação nos eixos Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital.

O Conselho entende, entretanto, que a adesão ao documento estadual não implica a transferência da competência normativa ou da autonomia pedagógica do Sistema Municipal de Ensino, devendo sua implementação considerar as características, necessidades, condições e especificidades da Rede Municipal de Ensino de Igaracy.

O próprio Referencial Curricular Paraibano reconhece a necessidade de uma implementação flexível e contextualizada, capaz de dialogar com as diferentes realidades escolares e territoriais. O documento estabelece que o processo de implementação deve respeitar as especificidades locais, assegurar formação docente, acompanhamento e avaliação contínua. Dessa forma, entende-se que a adesão deverá ser compreendida como adoção de referência curricular, e não como mera reprodução automática da organização curricular da Rede Estadual.

III – DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Conselho Municipal de Educação considera adequada a adoção do Referencial Curricular Paraibano como referência para a implementação da BNCC Computação na Rede Municipal de Ensino de Igaracy, especialmente porque o documento apresenta diferentes possibilidades de organização curricular.

A Resolução CEE/PB nº 176/2026 estabelece que a organização curricular da Educação Digital e Midiática poderá ocorrer por meio de componente curricular específico, de abordagem como elemento curricular transversal ou de organização curricular mista, conjugando essas possibilidades.

O Referencial Curricular Paraibano também reconhece essas possibilidades de implementação da Computação e estabelece que, independentemente do modelo adotado, devem ser asseguradas as habilidades previstas na BNCC Computação.

Considerando as características da Rede Municipal de Ensino de Igaracy, este Conselho entende que a organização curricular deverá ser definida pela Secretaria Municipal de Educação em articulação com as unidades escolares, observando:

- I – as características e necessidades da Educação Infantil;
- II – as especificidades dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- III – as especificidades dos anos finais do Ensino Fundamental;
- IV – a progressão e a espiralidade das aprendizagens;

Rafael Pedro Lopes Brilhante SN – Uppeto – CEP: 56775-000
Igaracy – PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

V – a articulação interdisciplinar entre a Computação e os demais componentes curriculares;

VI – as condições de infraestrutura, conectividade, equipamentos e recursos pedagógicos disponíveis;

VII – a formação e as condições de atuação dos profissionais da educação;

VIII – as características socioculturais e territoriais do Município de Igaracy.

No caso da abordagem transversal, a integração das habilidades não deverá ocorrer de maneira ocasional ou meramente ilustrativa. O Referencial estadual determina que a transversalidade seja institucionalizada nos documentos pedagógicos, incluindo Projeto Político-Pedagógico, planejamentos anuais e planos de aula, com definição de objetivos, estratégias, responsabilidades e formas de avaliação.

Assim, a adoção da abordagem transversal deverá garantir intencionalidade pedagógica, registro curricular, progressão das aprendizagens e acompanhamento sistemático.

IV – DA IMPLEMENTAÇÃO NA REDE MUNICIPAL

Este Conselho considera que a implementação deverá ocorrer de forma planejada, progressiva, contextualizada e articulada às demais políticas educacionais do Município.

Para tanto, recomenda-se que a Secretaria Municipal de Educação desenvolva ações destinadas a:

- I – atualizar os documentos curriculares da Rede Municipal de Ensino;
- II – orientar as unidades escolares quanto à incorporação das habilidades da BNCC Computação;
- III – promover a atualização dos Projetos Político-Pedagógicos;
- IV – orientar a elaboração dos planejamentos anuais e planos de aula;
- V – promover formação continuada dos profissionais da educação;
- VI – disponibilizar materiais pedagógicos e orientações metodológicas;
- VII – acompanhar a implementação das habilidades previstas para cada etapa e ano escolar;
- VIII – estabelecer mecanismos de avaliação e monitoramento;
- IX – considerar as condições tecnológicas e pedagógicas de cada unidade escolar;
- X – promover a articulação entre Educação Digital, Computação, cultura digital, cidadania digital e demais áreas do currículo.

A implementação deverá assegurar que os três eixos estruturantes da BNCC Computação sejam contemplados de maneira progressiva:

a) Pensamento Computacional

Desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas, decomposição, reconhecimento de

Rafael Pedro Lopes Brilhante SN – Uppeto – CEP: 56775-000
Igaracy – PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

padrões, abstração, algoritmos, lógica e processos de automação, de acordo com a etapa de desenvolvimento dos estudantes.

b) Mundo Digital

Compreensão dos artefatos, sistemas, dados, redes, dispositivos e processos que constituem o mundo digital.

c) Cultura Digital

Desenvolvimento da capacidade de utilização crítica, ética, segura, responsável e criativa das tecnologias, considerando cidadania digital, privacidade, segurança, impactos sociais e participação na sociedade digital.

O Referencial Paraibano estabelece que, na Educação Infantil, essas aprendizagens sejam trabalhadas de maneira lúdica, concreta e adequada à faixa etária, enquanto no Ensino Fundamental ocorre progressivo aprofundamento e sistematização das aprendizagens.

V – DA AUTONOMIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

A adesão ao Referencial Curricular Paraibano deverá respeitar a autonomia do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy para organizar sua proposta curricular, observadas as normas nacionais, estaduais e municipais aplicáveis.

A adoção do documento estadual como referência não impede que o Município desenvolva objetivos de aprendizagem complementares, projetos, metodologias, estratégias e instrumentos próprios, desde que preservada a coerência com a BNCC Computação e assegurado o desenvolvimento das competências e habilidades previstas.

Dessa forma, o Sistema Municipal poderá contextualizar o Referencial às características de seu território, às condições das escolas e às necessidades de seus estudantes.

Essa compreensão é compatível com o próprio Referencial Paraibano, que reconhece a diversidade das realidades locais e defende uma implementação curricular flexível, contextualizada e sensível às especificidades territoriais.

VI – CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, considerando:

I – a Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que estabelece normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC;

II – a Lei Federal nº 14.533/2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital – PNED;

III – o Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba;

Rafael Pedro Lopes Brilhante SN – Uppeto – CEP: 56775-000
Igaracy – PB



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

IV – o Parecer CEE/PB nº 152/2026, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação da Paraíba em 14 de maio de 2026;

V – a Resolução CEE/PB nº 176/2026, que estabelece diretrizes para a implementação da Educação Digital, Midiática e da Computação na Educação Básica do Sistema de Ensino do Estado da Paraíba;

VI – a necessidade de assegurar aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Igaracy as aprendizagens, competências e habilidades relacionadas à Computação;

VII – a pertinência pedagógica da adoção de um referencial curricular que assegure progressão e continuidade das aprendizagens;

VIII – a possibilidade de contextualização do documento estadual às especificidades do Sistema Municipal de Ensino;

VOTO FAVORAVELMENTE À ADESÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE IGARACY – PARAÍBA AO REFERENCIAL CURRICULAR PARAIBANO PARA A BNCC COMPUTAÇÃO, adotando-o como referência para a implementação das aprendizagens, competências e habilidades de Computação na Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

A adesão fica condicionada à observância das seguintes diretrizes:

a) garantia do desenvolvimento das competências e habilidades previstas na BNCC Computação;

b) contemplação dos eixos Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital;

c) adequação da implementação às especificidades de cada etapa da Educação Básica;

d) atualização progressiva dos documentos curriculares e pedagógicos da Rede Municipal;

e) adequação dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares;

f) formação continuada dos profissionais da educação;

g) acompanhamento e avaliação da implementação;

h) contextualização das aprendizagens às características socioculturais e territoriais de Igaracy;

i) observância das possibilidades de organização curricular previstas nas normas vigentes, podendo a Rede Municipal utilizar abordagem transversal, componente curricular específico ou organização curricular mista, conforme decisão normativa e pedagógica do Sistema Municipal de Ensino;

j) preservação da autonomia do Sistema Municipal de Ensino para complementar e contextualizar o Referencial, sem prejuízo da garantia das aprendizagens estabelecidas pela

Rafael Pedro Lopes Brilhante SN – Uppeto – CEP: 56775-000
Igaracy – PB

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Igaracy

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

IGARACY-PB, 21 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXIX_MÊS VIII_SEMANA XXXIV



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IGARACY-PB

BNCC Computação.

Diante disso, este Conselho manifesta-se favoravelmente à adesão, recomendando que, após a aprovação deste Parecer pelo Plenário, seja editada Resolução do Conselho Municipal de Educação de Igaracy, formalizando a adoção do Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação e estabelecendo as normas para sua implementação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

Recomenda-se, ainda, que a Secretaria Municipal de Educação elabore plano próprio de implementação, contemplando cronograma, responsabilidades, formação continuada, adequação curricular, acompanhamento e avaliação.

É o Parecer.

Igaracy – PB, 18 de agosto de 2026.



Juliana Agostinho dos Santos

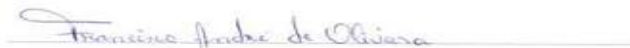
Relator(a)

Conselho Municipal de Educação de Igaracy

VII – DECISÃO DO PLENÁRIO

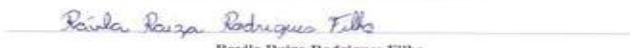
O Conselho Municipal de Educação de Igaracy – PB, em sessão plenária realizada em 18 de agosto de 2026, apreciou o presente Parecer e deliberou pela sua **APROVAÇÃO**, manifestando-se favoravelmente à adesão do Sistema Municipal de Ensino de Igaracy ao Referencial Curricular Paraibano para a BNCC Computação.

Igaracy – PB, 18 de agosto de 2026.



Francisco André de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Educação



Raviela Raíza Rodrigues Filho

Secretário(a) do Conselho Municipal de Educação

Rua Pedro Lopes de Oliveira, Nº 100 - Centro - CEP: 56771-000
Igaracy - PB

Em branco

Em branco

Em branco

EDIÇÃO ORDINÁRIA



admin@igaracy.pb.gov.br



R. Manoel Batista dos Santos s/n,
Bairro: Frei Damião - Igaracy-PB



igaracy.pb.gov.br

INSTITUIDO PELA LEI Nº 254/97

Direção, Layout e Edição:
Damião Bozzano da Silva

